



Pesquisa-Ação

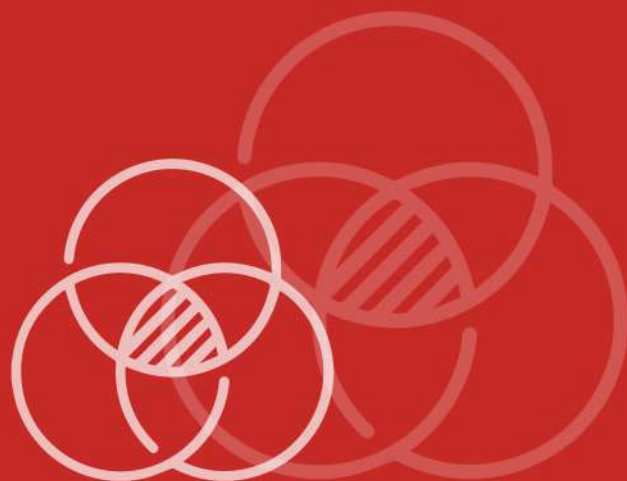
Agentes Culturais Democráticos



Módulo X:

Transversalidade e Centralidade da Cultura

Ohana Boy Oliveira



Módulo X:

Transversalidade e Centralidade da Cultura

Módulo X:

Transversalidade e Centralidade da Cultura

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 2024



O presente trabalho foi realizado com apoio do Fundo Nacional da Cultura do Ministério da Cultura - Brasil - Esta obra está sob licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA

O48 Oliveira, Ohana Boy.
Transversalidade e centralidade da cultura / Ohana Boy Oliveira. - Salvador: UFBA; UFRB,
2024.
44 p. : il.

Esta obra faz parte do Projeto Pesquisa-Ação: Agentes Culturais Democráticos.
Módulo X.

1. Cultura – Estudo e ensino. 2. Cultura - Desenvolvimento. 3. Cultura - Brasil. I.
Universidade Federal da Bahia. II. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. III. Título.

CDU: 008

MINISTÉRIO DA CULTURA

Ministra: Margareth Menezes

Secretaria de Formação, Livro e Leitura

Secretário: Fabiano Piúba

Secretaria dos Comitês de Cultura

Secretária: Roberta Cristina Martins

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: Paulo César Míguez de Oliveira

Vice-Reitor: Penildon Silva Filho

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos - IHAC

Diretor: Luís Augusto Vasconcelos da Silva

Vice-diretor: Milton Júlio de Carvalho Filho

Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT)

Coordenadora Geral: Sophia Cardoso Rocha

Vice Coordenadora: Lourivânia Soares Santos

Superintendência de Educação a Distância

Superintendente: Márcia Tereza Rebouças Rangel

Equipe de desenvolvimento do Projeto

Coordenador Geral:

Antônio Albino Rubim

Vice-Coordenadora: Sophia Cardoso Rocha

Pesquisadores

Adriano de Oliveira Sampaio

Angela Maria Menezes de Andrade

Antônio Albino Rubim

Gisele Marchiori Nussbaumer

Giuliana D'El Rei Sá Kauark

Guilherme Rosa Varella

José Roberto Severino

Lourivânia Santos Soares

Luana Vilutis

Mariella Pitombo Vieira

Meran Muniz da Costa Vargens

Ohana Boy Oliveira

Sophia Cardoso Rocha

Orientadores de Pesquisa no AVA

Cora Santana

Nicia Riccio

Auxiliares de Pesquisa

Amanda Azevedo Sousa

Antonio Teófilo de Almeida

Beatriz Abreu Gomes

Bianca Kaizer de Oliveira

Breno Domingos de Oliveira

Camila de Oliveira Almeida

Caroline Dumas Oliveira

Ivalda Kimberlly Santos Portela

Jaqueline Souza

João Caetano Brandão Andrade

José Rayone Lima Borges

Kênia Natividade Santos Silva

Márdel Pereira dos Santos

Marina Vlacic Moraes

Nathalia Oliveira Leal

Noédosn Conceição Santos

Nubia dos Reis Pinto

Pérola Cavalcante Dourado

Rodrigo Araujo dos Santos

Tássia Camile de Matos Barbosa

Thainá Silva de Oliveira

Thiago Carvalho de Sousa Correia

Tiago Leonardo Alves Muniz

Vanessa Avelar Barreto

Pesquisador Especialista em Tecnologias Educacionais:

Haenz Gutierrez Quintana

Pesquisador Especialista em Design Instrucional:

Lanara Guimarães de Souza

Pesquisador Especialista em AVA:

José Renato Gomes de Oliveira

Comunicação: Fernanda Pimenta

Secretaria Administrativa:

Lisandra Alcântara

Apoio Administrativo:

Delmira Nunes

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais - CTE-SEAD

Coordenação

Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico e Capa

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Foto de capa: Wikimedia commons

Supervisão:

Haenz Gutierrez Quintana

Danilo Barros

Editoração / Ilustração:

Ana Carla Sousa; Ana Beatriz Souza;

Carolina Arruda; Gabriela Cardoso;

Matheus Moraes; Melissa Araujo;

Thalles Purificação

Revisão:

Flavia Goulart M. Garcia Rosa

Sumário

SOBRE A AUTORA, 11

APRESENTAÇÃO, 13

UNIDADE I

CENTRALIDADE DA CULTURA: A CULTURA É ORDINÁRIA, 15

UNIDADE II

ASPECTOS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE, 21

UNIDADE III

Transversalidade da cultura: cultura é direito, cultura é trabalho, 35

REFERÊNCIAS, 45

Sobre a Autora

Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM/UFBA) na área de Organização da Cultura, Ética e Direitos Culturais. Pesquisadora do Conselho Científico-Cultural do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT). Pós-doutorado pelo Programa de Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF (2016-2020). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF (2013-2015). Bacharel em Produção Cultural pela UFF (2007-2011), com experiência em festivais de cinema e produção audiovisual. Pesquisadora da cultura com interesse nos aspectos de gênero, raça, classe e descolonização do pensamento.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5012418977724537>



Figura 1. Cortejo de carnaval do bloco Rio Maracatu. FONTE: Agência Brasil.

Apresentação



Neste módulo sobre a transversalidade e a centralidade da cultura, abordamos alguns aspectos importantes para ampliar horizontes na discussão sobre a experiência de quem vive e trabalha no campo cultural. A partir de uma noção ampla de cultura, incentivamos as reflexões sobre as conexões, os impactos, os conflitos, as aproximações e os distanciamentos com as mais diversas áreas, como educação, comunicação, direitos humanos, relações étnico-raciais, gênero, economia, turismo, ciência e tecnologia, saúde, justiça, segurança pública, dentre outras. Uma das intenções é estimular o debate sobre políticas culturais não só atentas à área da cultura, em noção restrita, mas também ocupadas em dialogar culturalmente com outras áreas sociais. Um dos caminhos possíveis é defender a transversalidade das políticas culturais como requisito para reforçar a centralidade da cultura, entendida como parte integrante do projeto de Brasil que sonhamos.

Partindo do entendimento de que a cultura é uma arena de batalha permanente pelo direito de significar, temos nesse processo formativo um caminho que busca construir uma sociedade mais democrática onde a cultura não é extraordinária, mas sim ordinária, fazendo parte do nosso ser, estar e fazer no mundo contemporâneo.

Ao longo das próximas páginas, estão algumas contribuições sobre a perspectiva da cidadania cultural, partindo do ponto de vista de que cultura é direito e de que cultura é trabalho, considerando toda a diversidade e complexidade do tema. O contexto brasileiro em seus aspectos de raça, de gênero, de classe e de territorialidade também são abordados, na luta para valorizar as diferenças e combater as desigualdades. Do mesmo modo, estão indicados alguns materiais complementares, como músicas, videocliques, podcasts, exposições, dentre variados trabalhos artísticos, para que o debate possa continuar inspirando vocês cada vez mais. Esperamos que esta breve contribuição possa trazer reflexões não apenas no âmbito profissional de trabalho na cultura, mas também na dimensão do encantamento e sensibilidade que nossa área evoca.

Boa leitura!



Figura 2. Cortejo de carnaval. FONTE: Agência Brasil.

Unidade I

Centralidade da Cultura: Cultura é Ordinária

Abordar a centralidade da cultura é um grande desafio e poderíamos começar de diversas formas. Buscando contribuir com a ampliação do repertório até aqui, somando aos módulos anteriores, trazemos os dilemas e potencialidades do tema a partir da premissa de que a cultura, em seu conceito mais ampliado, é parte fundamental das nossas vidas. Dessa forma, a cultura é central na nossa vida não só porque gera emprego e renda, apesar de ser fundamental para as nossas condições materiais de existência, mas principalmente porque nos compõem enquanto sujeitos sociais e históricos que somos, e que coletivamente, forma a sociedade atual.

Para lembrar um passado recente e significativo de quem trabalha com cultura no Brasil, acionamos um trecho de uma entrevista na qual o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, afirmava: “É preciso acabar com essa história de achar que cultura é uma coisa extraordinária. Cultura é ordinária. Cultura é igual a feijão com arroz. É necessidade básica. Tem que estar na mesa, tem que estar na cesta básica de todo mundo”. Vemos que, de maneira incisiva e sintética, um debate que é amplo e complexo, consegue comunicar uma diretriz importante para nossa discussão.

A cultura é ordinária, portanto, é daqui que partimos. Ela faz parte do nosso cotidiano e atravessa tudo que fazemos. Na continuidade dessa fala, uma das críticas que Gil aponta é que muita gente, inclusive muitos governantes, acham que a cultura é uma coisa excepcional, fora do nosso viver diário. Gil rebate esse tipo de posicionamento e reforça que a responsabilidade com a cultura é a responsabilidade com a própria vida. Combater essa concepção de que a cultura é ou deveria ser um item de luxo ou algo restrito para poucas pessoas, é fundamental, porque é através da noção de que ela faz parte do nosso dia a dia e deve ser considerada um item básico, é que podemos pensar novas possibilidades para a área.

Figura 1. Gilberto Gil.



FONTE: Wikimedia Commons.

Complementamos essa perspectiva com as contribuições de Raymond Williams, um dos representantes dos estudos culturais britânicos, quando o autor afirma que “A cultura é de todos, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar” (Williams, 2015, p. 5). A cultura é ordinária, portanto, do cotidiano, logo precisa ser entendida como algo que estrutura nossas subjetividades e valores, além de ter sua importância devidamente reconhecida, como o arroz e o feijão da mesa de brasileiras e brasileiros.

Ao entender que a cultura é propriedade de toda a sociedade, o autor apresenta um ponto de vista materialista para repensar uma teoria da cultura, considerando-a algo comum a todas as pessoas. Segundo Maria Elisa Cevasco (2001), especialista na obra de Williams, estudar a cultura ordinária pode ser um modo de explicar o funcionamento real do mundo em que vivemos e das formas que herdamos para entendê-lo, estimulando o interesse em teorias que contribuam para promover a democratização da cultura.



Saiba mais!

Para lembrar que “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”, trazemos o link do videoclipe da música *Comida*, dos Titãs com participação de Elza Soares:
<https://www.youtube.com/watch?v=zHnh5T1DZPs>

Considerando o contexto da produção cultural no Brasil e sua perspectiva multidisciplinar, é necessário pontuar as dimensões sociais, políticas, simbólicas e econômicas desse campo tão relevante para a sociedade. Por isso destacamos a centralidade da cultura na perspectiva de Stuart Hall (1997), também referência dos estudos culturais britânicos, por mostrar seu papel constitutivo em todos os aspectos da vida social. Para aprofundar o debate, levamos em conta a conjuntura brasileira desigual e as intersecções de gênero, raça e classe nas oportunidades tanto de acesso quanto de fruição e produção.

O autor defende que há pontos de resistência e momentos de superação, por ser esta a dialética da luta cultural, que é contínua e ocorre nas linhas complexas da resistência e da aceitação, da recusa e da capitulação. Isso se dá porque a cultura regula, de certa forma, nossas condutas, ações sociais e práticas, logo a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla (Hall, 1997).

Dessa forma, o campo da cultura se configura em uma espécie de campo de batalha permanente, onde não temos vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas (Hall, 2009). Lembrando que as lutas pelo poder são simbólicas e discursivas, é preciso ressaltar que a cultura é uma arena de batalha permanente pelo direito de significar (Hall, 2009) e que transforma nossa vida social, além de atravessar tudo que fazemos. É muito importante termos esse lembrete em mente, para vislumbrar um horizonte de luta constante no contexto precarizado que vive a maior parte da população brasileira, mas sem perder a dimensão da esperança e do esperar trazida por Paulo Freire (1996), o patrono da educação do nosso país.



Refleta comigo!

Quando você percebeu que a cultura é central nas nossas vidas?

É necessário fazer uma ressalva, acerca da utilização da cultura como recurso no contexto da globalização a partir da moeda da diversidade, conforme abordado por George Yúdice (2004) em seu debate sobre a conveniência da cultura. É necessário ter cuidado com uma perspectiva eurocêntrica e também imperialista acerca da apropriação dessa discussão por parte de quem historicamente sempre deteve o poder nas mais variadas dimensões do neoliberalismo, como o mercado financeiro e a mídia hegemônica que concentra os meios de comunicação enquanto meios de produção e difusão de bens simbólicos. Acreditamos que o debate acerca da centralidade e transversalidade da cultura pode contribuir para combater essa hegemonia.

Ao pensar em cultura e política, por exemplo, temos o fio condutor proposto por Albino Rubim ao debater o tema, que é da busca por uma cultura democrática que reconheça e valorize a diversidade cultural, na qual exista uma atuação plena e integrada dos governos no âmbito das políticas culturais, não apenas na teoria, mas também na prática. Para tanto, caminhamos em consonância com o que foi abordado por José Roberto Severino ao discutir um conceito ampliado de cultura, trazendo Raymond Williams e sua definição de cultura como conceito polissêmico.

Lembramos ainda a proposta de Mariella Pitombo de exercer a imaginação política para pensar as políticas culturais, em sintonia com novas perspectivas para debater economia e financiamento da cultura apontado por Luana Vilutis, assim como o questionamento do modelo de desenvolvimento do capitalismo criticado por Adriano Sampaio. Também refletimos a partir da discussão sobre federalismo cultural e territorialização da cultura apontada por Ângela Andrade. Nessa relação entre cultura e poder, nos interessa saber como a esfera cultural é regulada e controlada e quais são os interesses que estão em jogo, a depender de quem está nesta disputa.

A centralidade da cultura nos permite elaborar ainda o pensamento crítico através de duas chaves de análise: a diferença e a desigualdade. Nessa relação complexa, é fundamental pensar naquilo que nos une enquanto agentes culturais democráticos e trabalhadoras e trabalhadores da cultura, que são nossas diferenças a partir da igualdade. Ao mesmo tempo, é preciso refletir sobre aquilo que nos separa, que é a desigualdade, seja de oportunidade, acesso, permanência, recurso, condição etc. Diferentemente do que possa parecer, o binômio igualdade e diferença não é composto por categorias opostas, e sim complementares. Nesse sentido, o contrário de igualdade é desigualdade.

Às vezes é uma linha tênue que separa essas diferenças e desigualdades de gênero, raça, classe, territorialidade, orientação sexual, religiosidade, dentre outros aspectos, principalmente em um país como o nosso, invadido e fundado a partir da violência física e simbólica do processo de colonização europeia, com todas as suas perversidades através da reprodução de um sistema patriarcal masculino branco cisgênero.

Investigar parte dessas origens de diferenças e desigualdades contribui para essa percepção acerca de como a cultura é do cotidiano, portanto, ordinária, algo comum a todas as pessoas. Questionar a versão oficial da história de formação desse país que apaga inúmeras violências e apropriações da cultura dos povos originários que aqui já estavam e da população negra que foi trazida forçadamente para cá, através do processo de escravização, garante olhar para as atrocidades do passado para que elas não continuem se repetindo no presente e no futuro. Assim, além da cultura ser central, existem outros elementos primordiais para pensar qualquer produção de subjetividade, que abordaremos na próxima unidade.



Refleta comigo!

Como valorizar as diferenças e enfrentar as desigualdades de maneira crítica na cultura?



Figura 1. Diversidade de gênero. FONTE: Pexels.

Unidade II

Aspectos de Gênero, Raça e Classe no Brasil

Nesta unidade, trazemos algumas chaves de análise acerca da centralidade da cultura a partir dos aspectos de gênero, raça e classe que são fundamentais para perceber as diferenças e combater as desigualdades, ao serem trabalhadas em toda sua consciência e capacidade crítica. Acreditamos ainda que ampliar o debate e diversificar as referências, em termos de gênero e raça, pode contribuir com as discussões sobre as políticas culturais do Brasil a partir de uma abordagem transdisciplinar.

Entendemos que a cultura é central na nossa vida, mas será que ela é percebida de maneira igual para todo mundo? A contextualização de quem somos, de onde viemos, como nos colocamos perante a sociedade se faz primordial. Por isso apontamos algumas categorias-chave para complexificar esta temática, levando em consideração que as áreas com as quais a cultura pode e deve se relacionar cada vez mais, como a educação, a comunicação, a saúde, o meio ambiente, a justiça, os direitos humanos, a tecnologia etc., foram forjadas por quem historicamente deteve e detém o poder econômico e simbólico em nossa sociedade.

Diversos movimentos sociais ao longo da construção deste país foram responsáveis por tensionar o que está posto, o Movimento Negro Unificado (MNU) foi um deles. Lélia Gonzalez, uma das maiores intelectuais do país e uma das fundadoras do MNU, debateu um conceito que nos ajuda a entender o contexto do Brasil ao falar que vivemos na América Ladina, pois “A chamada América Latina é muito mais ameríndia e amefricana do que outra coisa” (Gonzalez, 2020, p. 130). Nossa territorialidade, ou seja, nossa relação com o território, remonta às influências dos povos indígenas e dos diversos povos do continente africano. Mesmo com forte atravessamento do que é europeu e estadunidense por conta das potências mundiais, o que Lélia aponta é que para analisarmos nossa situação em sociedade, é preciso olhar para o chão que pisamos e entendermos os processos históricos que nos formam.

Figura 2. Casa em que morou a autora, antropóloga, filósofa e política Lélia Gonzalez, em Santa Teresa, região central da cidade do Rio de Janeiro, recebe placa em sua homenagem.



FONTE: Agência Brasil.

Percebemos tal fato ao olhar para as manifestações artísticas populares ao redor do nosso país de dimensão continental, em que cada cidade, cada estado, cada região tem suas particularidades e ao mesmo tempo, semelhanças que nos unem enquanto nação. Pensar o contexto de um país culturalmente negro, com a maioria da sua população composta por pessoas negras, implica em entender as “manifestações da cultura negra como parte da luta contra o racismo e o colonialismo, como tentativa de descolonização cultural” (Gonzalez, 2020, p. 306). Porque mesmo que os processos de colonização oficial tenham se encerrado por aqui através dos movimentos populares, revoltas e insurgências, as colonialidades se mantêm pois foram historicamente construídas para manter essas relações com o que é colonial, não como resquício apenas, mas principalmente como estrutura que molda nossa forma de viver.

Apesar de algumas publicações organizadas recentemente com o trabalho de Lélia Gonzalez sobre a sociedade brasileira estarem sendo lançadas nos últimos anos, ela já vinha falando há décadas sobre as especificidades

brasileiras, ainda muito atravessadas pela perspectiva eurocêntrica e imperialista. Isso não significa desconsiderar o conhecimento vindo de outros países, mas sim como podemos pensar com eles, através de seus conhecimentos, nossa própria realidade em diálogo com tantas e tantos intelectuais brasileiros que têm discutido de maneira aprofundada nossas particularidades.



Saiba mais!

Recomendamos o Podcast Ilustríssima Conversa com a pesquisadora e curadora Raquel Barreto falando sobre Lélia Gonzalez e sua importância para a discussão acerca da cultura brasileira e suas festas populares, em uma perspectiva que considera as origens africanas destas manifestações: <https://open.spotify.com/episode/3ep2m8UhgnKYr46z0xgPl0>

Sugerimos, assim, uma forma de perceber e interpretar o mundo, através da ferramenta teórico-metodológica da interseccionalidade, debatida por Carla Akotirene (2019) no Brasil e por outras autoras de diversos países, como Kimberlé Crenshaw e Patricia Hill Collins. Ao utilizar o conceito como uma sensibilidade analítica, a autora debate a inseparabilidade estrutural do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, assim como Lélia definia o sistema capitalista patriarcal racista dependente, que transforma as diferenças em desigualdades (Gonzalez, 2020, p. 145-146).

Ressaltamos que tal conceito estrutura uma disputa no interior da academia, uma vez que este aponta, de certa maneira, para uma descolonização epistêmica, que coloque o feminismo negro como protagonista. Lélia e Angela Davis, renomada intelectual estadunidense, inclusive debatiam os temas antes da criação do conceito, mostrando a importância e a complexidade de seus pensamentos para a sociedade contemporânea, nos lembrando da importância de nomear as opressões para melhor combatê-las.



Saiba mais!

Para inspirar as reflexões sobre os atravessamentos que cada pessoa carrega, principalmente mulheres negras, indicamos o videoclipe da música *Um corpo no mundo*, de Luedji Luna <https://www.youtube.com/watch?v=V-G7LC6QzTA>

Ao trazer essa “oferenda analítica” da interseccionalidade e demarcar a importância da orientação geopolítica nos debates, Carla propõe uma atitude decolonial transdisciplinar, o que dialoga com Angela Davis, quando esta afirma que gênero, raça e classe são indissociáveis: “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. (...) Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras” (Davis, 2011)¹.

Figura 3. Angela Davis.



FONTE: Agência Brasil.

¹ Disponível em: [As mulheres negras na construção de uma nova utopia – Angela Davis](#)

Mesmo entendendo que os aspectos de gênero, raça e classe são indissociáveis e precisam estar conjugados na análise e no enfrentamento ao sexismo, ao racismo e à desigualdade social, destacamos para fins didáticos uma breve explicação de cada termo, para alinharmos de onde estamos partindo para debater a transversalidade da cultura. Lembramos, de início, que as discussões não se encerram aqui justamente por se tratarem de categorias complexas que continuam em disputa, uma vez que a realidade encontra-se sempre em movimento.

Começando pelo aspecto de raça, retomamos Stuart Hall que nos apresenta a ideia de raça como construção política e social, ou seja, é utilizada como uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão (Hall, 2009). No âmbito das relações étnico-raciais, a partir de Nilma Lino Gomes (2005), sabemos que há uma diversidade de termos e conceitos para definir a negritude, para além da classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural com uma dimensão subjetiva, simbólica e política.

Figura 4. Nilma Lino Gomes.



FONTE: Agência Brasil.



Atenção!

Lembramos que a classificação de pessoas negras como junção das categorias pretas e pardas é uma conquista dos movimentos negros brasileiros através do seu histórico de luta constante e que continua em debate permanente.

Dessa forma, Hall e Nilma demonstram que o racismo se apresenta com uma lógica própria e com um efeito de naturalização que tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão social em termos de distinções genéticas, ou seja, essa naturalização das diferenças e sua consequente hierarquização, que gera desigualdades supostamente naturais.

Em concordância com Silvio Almeida, não é possível entender a sociedade contemporânea sem os conceitos de raça e racismo, pois o “racismo é sempre estrutural, ou seja, ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2021, p. 20-21). Portanto, integra também a cultura e a organização geral da sociedade, incluindo o sistema institucional de promoção e preservação das manifestações artísticas.

Ao analisar, por exemplo, o discurso de autoridade através da ciência, o autor questiona o papel que as instituições também têm na continuidade desse dispositivo de opressão, nos lembrando, nas palavras de Kabengele Munanga, que o “preconceito” não é um problema de ignorância. Racismo no Brasil é conceito formado e ratificado constantemente, pensando não apenas nos muitos discursos de que não há racismo no país, como também apontando que “é por meio da cultura popular que haverá a naturalização da discriminação no imaginário social” (ALMEIDA, 2021, p. 69). Sendo no cotidiano que as opressões de raça se manifestam, o debate sobre o tema se faz necessário para qualquer análise que se pretenda mais aprofundada sobre o Brasil e seus aspectos culturais.

Figura 5. Silvio Almeida.



FONTE: Agência Brasil.

Na contemporaneidade, ainda enfrentamos a negação do racismo e a ideologia da democracia racial, somadas ao discurso da meritocracia, que aparecem, de maneira mais ou menos explícita, através de determinados mecanismos institucionais, como nos processos seletivos, nos meios de comunicação e no sistema carcerário, por exemplo. “A soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos” (Almeida, 2021, p. 81).

Tais ideias de democracia racial e meritocracia precisam ser cada vez mais combatidas porque são uma falácia, ou seja, funcionam como discursos de poder que apagam as desigualdades, ao defender que existe uma harmonia e respeito entre as populações branca, negra e indígena, e no caso da meritocracia, que basta se esforçar, se dedicar muito, “ser resiliente” frente aos problemas e obstáculos, que as coisas vão caminhar e você vai conseguir conquistar seus objetivos, a partir de um esforço individual. O que não se discute nesses casos é o contexto de extrema desigualdade que assola o país, que não é combatida com força de vontade,

mas com políticas públicas e suas tentativas de reparação histórica para reduzir os danos criados desde a fundação do Brasil. A quem interessa a manutenção desse sistema de poder?



Saiba mais!

Para entender melhor todo o processo de luta da população negra nos mais variados lugares do Brasil ao longo dos movimentos insurgentes em prol da abolição da escravidão, indicamos os episódios do Podcast Projeto Querino, em especial o intitulado Democracia: <https://projetoquerino.com.br/podcast-item/democracia/>

Por isso, consideramos importante que o aprofundamento acerca da centralidade e transversalidade da cultura tenha como um dos pontos de partida a obra de Silvio Almeida. Luiz Gama, referência ética e política para o autor, que dá nome ao instituto dirigido por Almeida, simboliza a defesa do Direito, por exemplo, como uma das armas na luta pela liberdade e igualdade material, o que também nos inspira para pensar tanto as questões raciais no Brasil quanto as políticas culturais que busquem efetivar a garantia dos direitos culturais. Esse é um dos caminhos de aproximação da cultura com outras áreas em prol de mudanças sociais.

E o que isso impacta diretamente nas nossas vidas? Os dados referentes a oportunidades de emprego e trabalho, remuneração digna, garantias de direitos trabalhistas, os casos de racismo em suas mais variadas manifestações de violência, as informações e notícias rotineiras sobre o assassinato de jovens negros e a desigualdade nas condições colocadas para pessoas negras no Brasil nos mostram isso cotidianamente. A cultura pode ter um papel crucial tanto na compreensão quanto no enfrentamento da desigualdade racial em nosso país.

Quando falamos de gênero, partimos do conceito do cisheteropatriarcado como sistema de poder. Uma das grandes referências contemporâneas que nos auxilia nesse debate é Judith Butler, que no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (2003), faz uma crítica genealógica inspirada em Michel Foucault. Nessa crítica está, por exemplo, o debate sobre a instituição de determinados regimes de poder,

como falocentrismo e a heterossexualidade compulsória, em que os padrões de comportamento e aceitação da sociedade ainda permanecem baseados no sistema masculino branco cisgênero heterossexual.

Ou seja, a ideia de sujeito universal está colocada nessa figura padrão como se o referencial fosse único, um modelo a ser seguido, o que é completamente contrário à diversidade cultural, conforme discutido no módulo anterior. Sabemos que tal percepção de mundo é um grande problema, já apontado pelas feministas negras que discutem interseccionalidade e lugar de fala, pois é limitada e não dá conta da realidade complexa que vivemos.

O debate sobre gênero e feminismo também se dá acerca da categoria mulher. Ao entender o termo mulheres no plural como sujeito do feminismo, a autora afirma que as identidades são discursivamente constituídas nos diferentes contextos históricos. Dessa forma, discute que o gênero é culturalmente construído e o corpo é em si mesmo também uma construção, com toda a complexidade existente. Portanto, nesse sistema de heterossexualidade como regra naturalizada em conjunto com a regulação binária da sexualidade, só reforça que a mesma é sempre construída nos termos do discurso e do poder.

A crítica está colocada também à noção binária de masculino/feminino e nos limites do discurso cultural hegemônico baseado nessas estruturas binárias, que em conjunto com as intersecções de raça, classe, sexualidade e territorialidade, compõem nosso contexto social.

Figura 6. Mulheres em luta.



FONTE: Agência Brasil.

E o que isso impacta diretamente nas nossas vidas? O fato de ser mulher, possuir uma identidade de gênero dissidente e/ou ter a orientação sexual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Agênero, Pansexual, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+) torna tais corpos fora do padrão do que é considerado ser humano pleno e digno de direitos como todas as pessoas. Os índices de violência contra mulheres e LGBTQIAPN+, os casos de feminicídio (assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres) vinculados ainda a questão de relacionamento (não aceitação de termos, ciúme, vingança etc.), são alarmantes e continuam sendo notícia diária em telejornais locais, regionais e nacionais.

O combate cotidiano a todos os elementos que configuram o sexismo, o machismo e a misoginia, se faz cada vez mais não só necessário como urgente. Acreditamos que a cultura tem esse poder e papel fundamental nesta luta contra a desigualdade de gênero, uma vez que é no contexto cultural que podemos evidenciar que essas chaves interpretativas são construídas historicamente, e consequentemente passíveis de serem modificadas no presente.

Figura 7. Nova bandeira LGBTQIAPN+



FONTE: Vecteezy.

O debate sobre classe, assim como o de raça e gênero é amplo e complexo, mas trazemos aqui em linhas gerais alguns apontamentos relevantes para pensarmos (as)os agentes culturais, como parte da classe que vive do trabalho, isto é, que vende sua força de trabalho para sobre(viver). Vivemos na dinâmica do capitalismo enquanto sistema produtivo que gera opressões, pois há uma classe que vende a força de trabalho e que compõe a maior parte da sociedade contemporânea, em oposição à classe detentora dos meios de produção. Conforme Karl Marx e Friedrich Engels (2015, p. 62) já afirmaram: “A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classes”.

Essa luta histórica constante de combate ao sistema capitalista opressor continua sendo atualizada e pode guiar cada vez mais muitas das pautas relacionadas à cultura, se nos reconhecemos enquanto trabalhadoras e trabalhadores da área. Ainda de acordo com os autores, vale lembrar que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, ou seja, é interessante para quem domina continuar atuando na manutenção do sistema conforme ele já está estabelecido, reforçando seus valores e os compartilhando com as classes dominadas.

Trazemos as considerações de Stuart Hall sobre a cultura novamente porque concordamos que esse terreno é um campo de batalha permanente, no qual “o que importa não são os objetos culturais intrínseca ou historicamente determinados, mas o estado do jogo das relações culturais: cruamente falando e de uma forma bem simplificada, o que conta é a luta de classes na cultura ou em torno dela” (Hall, 2009, p. 241-242). Hall pensa as culturas como formas de luta, porque entende que a cultura popular está vinculada, em alguma medida, à classe trabalhadora, em que a tradição popular é de “luta e resistência - mas também, naturalmente, apropriação e expropriação” (Hall, 2009, p. 232).

E por que tudo isso é importante para a gente? Porque não temos as mesmas condições econômicas e não partimos dos mesmos lugares se considerarmos a pirâmide social brasileira. Poucos ganham muito e muitos ganham pouco, configurando uma balança desequilibrada e injusta, uma conta que não fecha e faz com que a maioria da população não tenha garantidas suas condições básicas de vida.

Isso impacta diretamente na cultura, se pensarmos em quem pode acessar mais recursos, quem tem mais proximidade com a inscrição de projetos em editais, quem pode contratar profissionais em suas produções que recebam pelo seu trabalho de maneira digna, respeitando e garantindo os direitos arduamente conquistados na constituição cidadã. Também acreditamos que a cultura pode atuar no sentido de combate a toda essa desigualdade social que assola o país,

ajudando a revelar a dimensão de classe das ideias que são compartilhadas cotidianamente como senso comum, como por exemplo, a ideia de alcançar sucesso exclusivamente pelo mérito, como citado anteriormente.

Os eixos apresentados dialogam ainda com a questão da territorialidade, por compreender que também existem diferenças e desigualdades marcantes nesse quesito. Partimos do entendimento de território de Milton Santos (2011, p. 13) como “lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”.

Para essa breve reflexão, apontamos como indicação a definição do livro *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*, de Andrelino Campos, que apresenta a territorialidade como qualidade subjetiva de um grupo social ou do indivíduo que lhe permite, com base em imagens, representações e projetos, tomar consciência de seu espaço de vida. Segundo suas referências, a territorialidade adquire um sentido mais amplo, revestido de uma ação política do indivíduo, exemplificada pela diferença entre “nós”, membros de determinado grupo, e os “outros” que não pertencem ao nosso grupo.

E como isso impacta na atuação na área da cultura? Em um país tão grande territorialmente, com diversas regiões, estados e municípios, muitas desigualdades se impõem, como por exemplo, a quantidade de recursos destinados, os acessos à tecnologia, a concentração de poder, as relações político-partidárias, a visibilidade midiática, condições mais precarizadas, dentre outras assimetrias.



Saiba mais!

Para complementar a discussão, recomendamos o *podcast* Desiguais (Foro de Teresina), mais especificamente o episódio 5, intitulado *Escrever o Brasil*, que teve como convidados o Luiz Antônio Simas e a Conceição Evaristo discutindo a cultura brasileira em sua complexidade, amplitude e leveza:

<https://open.spotify.com/episode/0jy1e5EPwzLFYiqHpIFYxQ?si=aKWfUAazRa6Sx1puKKTz9g&nd=1&dlsi=7761278f69ee45f7>

Em resumo, gênero, raça e classe são construções políticas consolidadas ao longo do tempo histórico, ou seja, são categorias complexas e culturalmente construídas em um contexto de sexismo, racismo e desigualdade social não só no Brasil, como no mundo. A tomada de consciência de cada atravessamento desse não acontece de maneira igual no tempo e no espaço, e traz consequências estruturantes na nossa forma de vivenciar o mundo. E como esses aspectos todos se relacionam com a centralidade da cultura? Veremos a seguir o debate sobre transversalidade a partir do entendimento de que cultura é tanto um direito quanto um trabalho.



Saiba mais!

Recomendamos a Exposição “Lélia em nós: festas populares e amefricanidade”, que está no SESC Vila Mariana (São Paulo - SP) de 27 de junho a 24 de novembro de 2024. Percebemos uma interpretação do Brasil a partir da cultura, mais especificamente das festividades afro-brasileiras, em que reflexões teóricas e engajamento político se unem por uma práxis libertadora. A mostra está organizada em cinco núcleos, a saber: Festas populares no Brasil, o livro; *Racismo e sexismo na cultura brasileira*; *Pele negra, máscaras negras*; *Beleza negra, ou ora-yê-yê-ô!* e *De Palmares às escolas de samba, tamos aí*; reunindo a produção de dezenas de artistas.

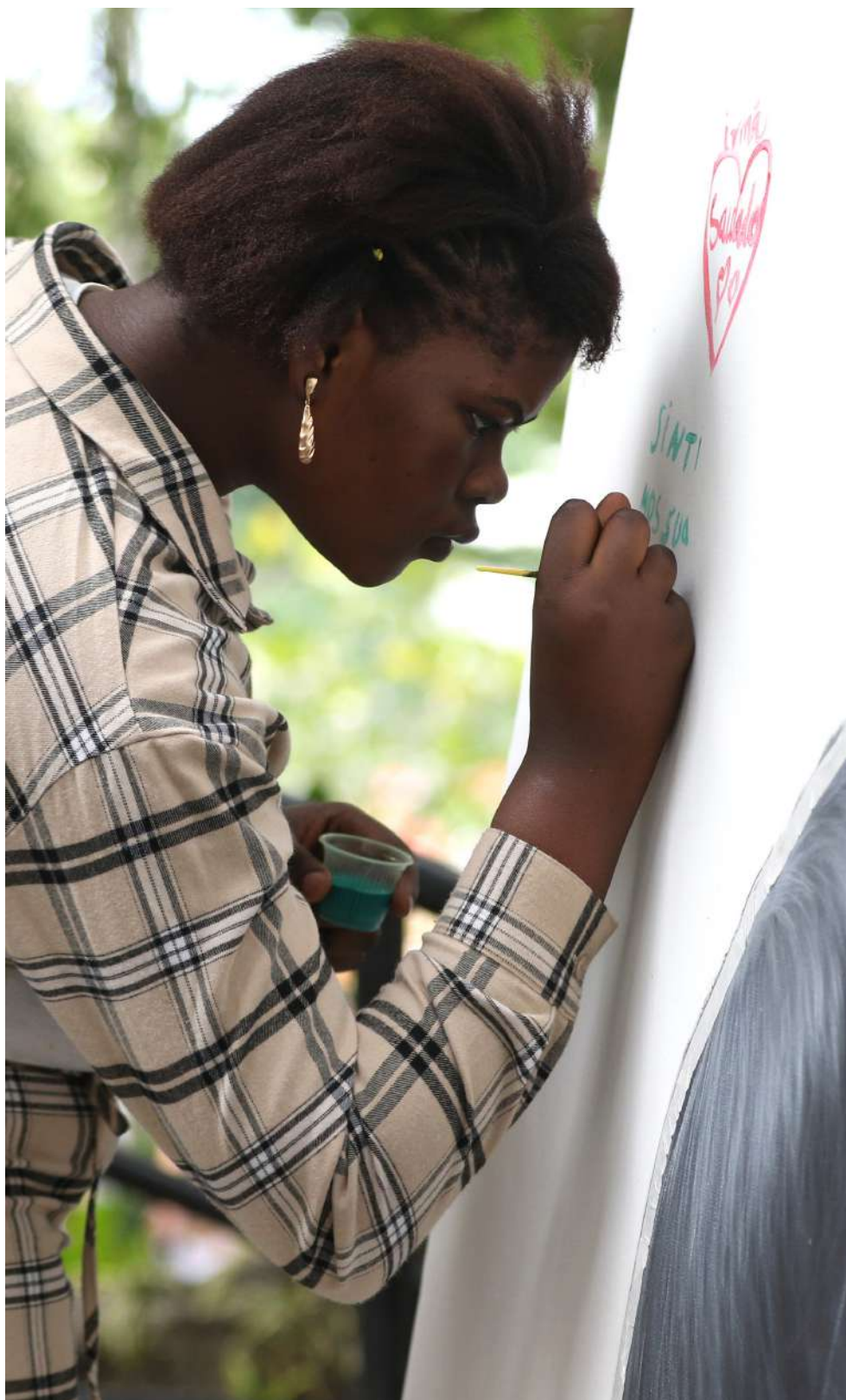


Figura 1. Feira cultural. FONTE: Agência Brasil.

Unidade III

Transversalidade da Cultura: Cultura é Direito, Cultura é Trabalho

Na sequência do debate que trouxemos até aqui, abordamos a questão da transversalidade da cultura, pensando sua importância enquanto um direito e como um trabalho. Vimos como a cultura é algo do cotidiano e faz parte das nossas vidas e apontamos agora para como o debate pode ir além do que está escrito na Constituição Federal Brasileira de 1988 nos artigos 215 e 216, nos quais estão parte dos registros sobre direitos culturais no país.

Vamos começar com um exemplo relevante que pode nos ajudar a refletir sobre encaminhamentos possíveis em nossas práticas. Essa foi uma experiência marcante que demonstra que, mesmo com obstáculos, entraves burocráticos e administrativos, é preciso buscar caminhos que conciliam teoria e prática na condução da cultura pelo Estado.

Marilena Chaui realizou uma grande contribuição ao ter registrado e publicado suas reflexões acerca do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Cultura da cidade de São Paulo (SP), no período de 1989 a 1992, quando foi gestora da pasta, no período em que Luiza Erundina foi prefeita. No livro *Cidadania cultural: o direito à cultura* (1992), vemos as reflexões desta pensadora e o registro das políticas culturais formuladas e executadas pela sua gestão, seus desafios, limitações e êxitos.

Concordamos com Chauí (1992, p. 138) que “[...] a cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado, à oficialidade doutrinária (que é ideologia), mas se realiza como direito de todos os cidadãos”. Essa ideia está relacionada à cultura ordinária debatida acima. A partir desta reflexão sobre o direito à cultura, Marilena (1992, p. 138) entende as cidadãs e os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos que são, pessoas que “se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural”. E é essa dinâmica que nos afeta cotidianamente como parte integrante da atuação na cultura, nessa relação com o Estado,

com o mercado, com as criadoras e criadores e com outros elementos que constituem essa complexidade.

Além de ser um direito, a autora entende que a cultura apresenta também outro aspecto imprescindível à formulação da atuação estatal: cultura é trabalho. Nesse sentido da cidadania cultural, debatido por Marilena Chaui, refletimos acerca de uma definição alargada da cultura, considerando a política pelo prisma democrático, entendendo conceitualmente a cultura como trabalho da criação e os sujeitos sociais como sujeitos históricos (Chaui, 1992). Sendo assim, esta visão envolve aspectos econômicos da cultura, uma vez que o trabalho precisa ser remunerado para que se possa a ele dedicar tempo; e envolve também aspectos simbólicos, pois não se trata de qualquer trabalho, mas um trabalho de criação.

Endossamos o pensamento de Marilena Chauí (1992, p. 136) quando afirma que é preciso tratar a cultura “[...] como trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate, e como trabalho no interior do tempo, é pensá-la como instituição social, portanto determinada pelas condições materiais de sua realização”. Tal trabalho, que tem suas especificidades, é moldada por condições concretas de acordo com a realidade e acesso que cada pessoa que atua na cultura tem.

Podemos dizer, portanto, que as formulações da autora são precursoras das três dimensões da cultura, que a gestão do Ministro da Cultura Gilberto Gil (2003-2008) passou a considerar fundamentais à delimitação (e, ao mesmo tempo, à ampliação) da cultura enquanto objeto de atuação setorial do Estado: a dimensão simbólica, a econômica e a cidadã. A partir do pensamento de Marilena Chaui, estas três dimensões, embora cada qual com suas especificidades, relacionam-se plenamente à cultura enquanto trabalho.



Saiba mais!

Para complementar essa discussão, indicamos o filme *Saneamento Básico, O Filme*, de Jorge Furtado (2007), que retrata a história de moradores de uma pequena vila que se juntam para solicitar a construção de uma estação de tratamento de esgoto. Mas para conseguir a verba, eles precisam realizar um filme de ficção. É interessante refletir acerca da importância de cada atividade no âmbito da cultura a ser desempenhada para chegar ao resultado final.

São muitas as denominações que aparecem quando pensamos nessa categoria: artistas, produtoras e produtores, técnicas e técnicos, gestoras e gestores, agentes, fazedoras e fazedores, facilitadoras e facilitadores, mediadoras e mediadores, dentre outras. Não seriam todas as funções mais bem definidas como trabalhadoras e trabalhadores da cultura? Será que ainda existe algum tipo de resistência quanto a essa autorreferenciação? A quem interessa a falta de articulação entre pessoas que têm objetivos e sonhos próximos na mesma área? A quem interessa a perda do senso de coletividade em um contexto cada vez mais individualista e neoliberal? A quem interessa o estímulo à competitividade por poucos recursos ao invés de ampliar o orçamento para a cultura? São muitas as questões que se colocam e é importante darmos atenção a elas, mantendo os questionamentos mesmo que não necessariamente tenhamos respostas para todos eles.

Nas mais diversas funções que desenvolvemos, seja nos palcos ou nos bastidores, nas áreas de produção e gestão, na atuação como artistas, nas funções técnicas etc., nas mais variadas manifestações artísticas, seja música, dança, teatro, artes plásticas, artes visuais, circo etc., se vivemos e sobrevivemos da cultura, somos trabalhadoras e trabalhadores dela. Esse reconhecimento, que pode parecer simples, é de fundamental importância, pois possibilita formas de articulação coletiva em busca de mais recursos, mais oportunidades, mais políticas públicas, enfim, melhores condições de trabalho na cultura. Se essas reflexões no sentido de tomada de consciência e análise de conjuntura contribuírem para a prática cotidiana na nossa área, acreditamos estar seguindo por um caminho de transformação e novas possibilidades.

Figura 8. Festa junina.



FONTE: Agência Brasil.

Nesse sentido, um exemplo significativo dos últimos anos em relação ao acirramento das desigualdades nos aspectos de gênero, raça e classe no contexto brasileiro foi a pandemia de Covid 19 desde 2020, somada à ampliação da extrema-direita no país e o último governo antidemocrático, que afetou diretamente o campo da cultura. Foi justamente a articulação das trabalhadoras e trabalhadores, com parlamentares engajadas em prol da cultura, que possibilitou a aprovação de leis emergenciais para a cultura (Lei Aldir Blanc 1 e 2 e Lei Paulo Gustavo), com a luta dos diversos movimentos sociais e a manutenção de seus laços de solidariedade para a sobrevivência de quem atua nessa área tão precarizada e desvalorizada, principalmente nos últimos oito anos.

A universidade, que também sofreu ataques violentos e simbólicos ao longo desse período, se aliou à luta pelo direito à cultura e à dignidade de quem trabalha no setor, nos lembrando que apesar dos muros que separam as instalações universitárias, não há separação desta e a sociedade pois é ela a grande responsável pela manutenção dos recursos que possibilitam nosso trabalho acadêmico. É nossa responsabilidade com a universidade pública gratuita de qualidade compartilhar nossos saberes, aprender com a sabedoria popular e seguirmos lado a lado nessa batalha permanente pela educação e pela cultura.

Em um contexto em que as condições de atuação na cultura são da precarização do trabalho, do incentivo ao empresariamento de si, da redução dos direitos trabalhistas, da chamada “pejotização”, do uso problemático do enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) em substituição a vínculos trabalhistas, entre outras estratégias de maximização de lucros por via da exploração da força de trabalho, é necessário seguir vigilante.

Toda essa articulação política com a retomada do Ministério da Cultura (MinC), com a criação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), com a ampliação de recursos para a cultura, dentre outras iniciativas, motivam um horizonte de esperança. Mas ainda precisamos ficar atentas para continuar defendendo a importância da cultura em todas as áreas, apesar da conjuntura neoliberal que continua gerando competitividade individual e instabilidade para as trabalhadoras e trabalhadores.

Por meio da defesa constante de que a cultura é direito e é trabalho, questões pertinentes aos direitos culturais, à cidadania cultural e às condições do trabalho na cultura se entrelaçam criticamente, visando à conscientização e melhoria das condições daquelas e daqueles que atuam

na área. Para aquelas e aqueles que entendem a cultura como instrumento de sobrevivência e imaginação de um outro mundo possível, vale lembrar um trecho da fala de Lélia Gonzalez na participação do movimento negro na elaboração da Constituição de 1988: “O nosso projeto é efetivamente de democracia, de sociedade justa e igualitária com relação a todos os segmentos” (Gonzalez, 2020, p. 258).

Figura 9. Festa de Iemanjá.



FONTE: Agência Brasil.

Sabemos que o que nos mantém e continua nos mantendo é a luta dos diversos movimentos sociais e a manutenção de seus laços de solidariedade para a sobrevivência de quem atua nessa área ainda tão precarizada e desvalorizada. A busca pela ampliação do debate com outras áreas é imprescindível para políticas públicas efetivas elaboradas por um Estado que garanta os direitos arduamente conquistados.

Apontando para a relação com educação, por exemplo, voltamos a Raymond Williams, que entende que a educação também é algo comum, ordinário e não aceita que ela seja apenas um treinamento para um emprego, para se formar cidadãs e cidadãos úteis, que se adaptem a este sistema. Concordamos com o autor quando ele afirma que “a educação é a confirmação dos significados comuns

de uma sociedade e das habilidades necessárias para corrigi-los” (Williams, 2015), ao defender uma educação humanística para todas as pessoas. Para ele, “A habilitação de todo ser humano é um ganho comum de horizontes” (Williams, 2015).

Seguindo a pedagogia crítica de Paulo Freire e bell hooks, é cada vez mais necessário pensar a educação como prática da liberdade e como forma possível de transformar nossa realidade, desigual, sexista e racista, aplicando também ao nosso pensar e fazer cultural. Que através da educação possamos inventar novas maneiras de cruzar fronteiras e utilizar o antagonismo de classe para subverter e desafiar a estrutura existente, elaborando estratégias pedagógicas que criem rupturas na ordem estabelecida (Hooks, 2013).

Figura 10. Bumba meu boi.



FONTE: Agência Brasil.

Em um país como o Brasil, com a concentração de poder comunicacional e a força dos meios como televisão e rádio, a relação da cultura com a comunicação também merece menção, já que a mídia hegemônica é responsável por moldar, desde a sua criação, o imaginário da população. O tema é relevante e precisa

ser ampliado e desenvolvido em outra oportunidade, mas fica como ponto de atenção a respeito das narrativas e dos discursos que tais meios possuem, de modo que esta crítica tenha no horizonte a democratização da mídia.

Mesmo entendendo também a influência e poder que as plataformas de internet têm no mundo atual, as mesmas ainda não são reguladas de uma maneira efetiva para a segurança da população aqui no país e não tem necessariamente a mesma abrangência se comparada à televisão, que continua ocupando a maioria dos lares brasileiros há décadas.

Voltando às contribuições de Marilena Chaui, reforçamos, portanto, à oposição à política neoliberal, que não garante os direitos e os transforma em privilégios de classe. A caminhada continua sendo para garantir os nossos direitos existentes e criar novos que nos auxiliem nessa tarefa árdua no âmbito de uma política de cidadania cultural, focando na cultura como direito das cidadãs e cidadãos, e também como trabalho de criação. O intuito é incentivar que o acesso, a fruição, a criação, a produção e a participação nas decisões sobre políticas culturais estejam cada vez mais próximas do debate público e sempre em relação com as áreas correlatas.

Partindo desses princípios, defendemos a presença e conexão cada vez maior das propostas de políticas públicas para a cultura elaboradas pelo Ministério da Cultura, em diálogo próximo, através de propostas e projetos com as demais pastas que compõem o governo, como o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, da Educação, das Comunicações, da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho, do Turismo, do Meio Ambiente, dentre outros.

A busca de relação maior com outras áreas, como direitos humanos, relações étnico-raciais, trabalho, meio ambiente, segurança pública, turismo, saúde, justiça, dentre outras, é contínua e precisa ser estimulada. Não só na cultura, mas em todos esses campos, situações complexas exigem respostas e análises também complexas, e que leva em consideração as particularidades da realidade nacional conforme abordado anteriormente.



Saiba mais!

Um dos exemplos dessa articulação possível entre diversas áreas se dá na atuação dos Pontos e Pontões de Cultura vinculados ao Programa Cultura Viva. Para mais informações, acesse a cartilha Entenda a Política Nacional de Cultura Viva Lei nº13.018/2014, elaborada pela Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura: <https://www.gov.br/culturaviva/pt-br/biblioteca-cultura-viva/documentos-e-publicacoes/cartilhas/cartilha-entenda-a-politica-nacional-de-cultura-viva-atualizacao-jan-23.pptx>

Por isso estimulamos a ampliação do diálogo, com mais intercâmbio de experiências e aprendizados, assim como viabilização de recursos em prol de ganhos para todas as áreas envolvidas. Concordamos com Albino Rubim ao afirmar que é preciso pensar a centralidade como algo estratégico e não simplista, visto apenas como prioridade, mas buscando integrar outras possibilidades de presente e futuro na atuação concreta do Estado brasileiro. Nesse sentido, a transversalidade pode contribuir para a efetiva centralidade da cultura no âmbito político, ao pensar de maneira sistêmica, radical e democrática esse processo que possa perdurar como política pública para a área.

Pontuamos, conforme Albino Rubim (2021), que a

[...] transversalidade fortalece a cultura por meio de sua disseminação negociada nas políticas setoriais de governo, pela conquista de aliados, por meio do alargamento do diálogo com a sociedade e no interior do governo, pelo intercâmbio de expertises, pela realização de projetos compartilhados, pela viabilização de recursos e pela presença mais constante e visível da cultura na agenda geral do governo, assumindo o trabalho político de construção de uma centralidade, em termos de efetiva inserção na política estratégica.

A ressalva que se faz diz respeito ao cuidado necessário para não haver a instrumentalização de um campo por outro, por conta de todos os desafios impostos a esse tipo de articulação sem cair em armadilhas. Lembramos que “Só há democracia com a ampliação contínua da cidadania” (Chauí, 1992, p. 140) e esse movimento precisa ser coletivo e constante.

Em resumo, segundo apontado por Albino Rubim, a saída pela transversalidade atua como uma forma alternativa que busca alinhar teoria e prática, construindo uma práxis democrática. Justamente por ser uma área composta por diversas linguagens e entidades que compõem uma lógica setorial, são necessárias políticas transversais de articulação para consolidar, cada vez mais, o campo da cultura.

Vemos na cultura essa capacidade central de romper com o que está estabelecido, criando formas para ser e estar no mundo, combatendo as diversas opressões de gênero, raça e classe, sempre pelo prisma de que a cultura é tanto um direito quanto um trabalho e perpassa nosso cotidiano de maneira transversal.

Ainda nessa concepção, significa pensar a cultura não só como possibilidade de resistência, mas também, como forma de superação dos padrões impostos, através dos laços comunitários, das redes de solidariedade, da capacidade de unir pessoas em prol de algo que não vise apenas um ganho econômico. Apesar de tempos ainda difíceis e por vezes hostis, não podemos perder essa dimensão da sensibilidade, do encantamento, da possibilidade de imaginar um presente e um futuro melhor.

É preciso exercitar nossa capacidade de imaginar novas possibilidades, superando as desigualdades e opressões, utilizando a cultura como instrumento de transformação, na perspectiva desse processo formativo que visa uma sociedade mais democrática na qual a cultura não é extraordinária, mas faz parte do nosso ser, estar e fazer no mundo contemporâneo.

Nesse campo de disputa complexo, seguimos no exercício permanente de imaginação e luta que nos encontramos, ao pensar cultura e política, projetando futuros em que a democracia sempre esteja no nosso horizonte utópico, como um caminho a ser percorrido, tendo o farol democrático como guia.



Atenção!

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”, escreveu Eduardo Galeano (Benedito, 2019).

Tendo também como inspiração Ailton Krenak, tentando criar Ideias para adiar o fim do mundo (2020) e reforçar que A vida não é útil (2020), pensamos no seu chamado a produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para manter uma esperança fantástica e promissora, e uma coragem de ser radicalmente vivos (Krenak, 2020). Justamente por conta do contexto complexo que vivemos, nestes tempos de desastres ambientais e mudanças climáticas, é importante continuar defendendo a afirmação de Lélia Gonzalez (2020, p. 133): “Aqui, a força do cultural se apresenta como a melhor forma de resistência”.

Com a consciência de que a cultura é um direito e um trabalho e a procura por melhores condições de exercer a produção cultural de maneira ampla e coletiva, seguimos valorizando as diferenças e combatendo as desigualdades. Miramos não apenas um futuro melhor, mas também um presente que supere a dinâmica da sobrevivência e celebre o poder da cultura no presente.

Figura 11. Ailton Krenak.



FONTE: Agência Brasil.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. (Feminismos Plurais).

BENEDITO, Mouzar. Cultura inútil: Para que serve a utopia? *Blog. Boitempo*, São Paulo, 16 jan. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/01/16/cultura-inutil-para-que-serve-a-utopia/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1992.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades*. São Paulo: SESC, 2018.

DOMINGUES, João. E se a economia da cultura debatesse com mais frequência o trabalho? Notas sobre a organização dos interesses laborais no campo cultural. In: BARBALHO, Alexandre Almeida; ALVES, Elder Patrick Maia; VIEIRA, Mariella Pitombo. *Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento*. Salvador: Edufba, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Gilberto; FERREIRA, Juca. Cultura pela palavra: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura 2003-2010. In: ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio (org.). Rio de Janeiro: Versal, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, n. 22, v. 2, jul./dez. 1997. HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: EDIPRO, 2015.

RUBIM, Albino. Cultura, centralidade e transversalidade. *CULT*. Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura Salvador, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://cult.ufba.br/wordpress/cultura-centralidade-e-transversalidade/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

RUBIM, Albino. *Políticas culturais: diálogos possíveis*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SANTOS, Milton *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2011.

WILLIAMS, Raymond. A cultura é algo comum. In: *Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.



Pesquisa-Ação

Agentes Culturais
Democráticos



**Fundo
Nacional
da Cultura**
Lei Rouanet



CULT
CENTRO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES
EM CULTURA

IHAC+10
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos • UFBA | 10 Anos



Universidade
Federal da Bahia

UFBA
Universidade Federal do
Recôncavo da Bahia

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO